

FOTO: NANCY HARRIS/GETTY IMAGES

GUGA CHACRA

Fotógrafo | Japão | Gaza | Human Rights Watch



A fome como arma em Gaza

Em inglês, a palavra "fome" tem mais de uma tradução para distinguir importantes estágios de insegurança alimentar. "Hunger", por exemplo, ocorre quando uma pessoa ou um grupo de pessoas em uma comunidade não ingerem a quantidade necessária de nutrientes. "Starvation" já envolve uma escala maior, quando a falta de alimentos pode provocar a morte de uma pessoa ou de um grupo de pes-

soas. Caso "hunger" e "starvation" atinjam níveis catastróficos em uma ampla área, como em um território ou país, falamos de "famine". Cerca de 1,1 milhão de palestinos na Faixa de Gaza estão em risco iminente de "famine", ou fome em níveis catastróficos, segundo o Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas. O número equivale a metade da população do território. Mais grave: de acordo com a Human Rights Watch, uma das mais importantes entidades de direitos humanos do planeta, Israel tem usado a imposição da fome como arma de guerra nesse conflito ao restringir a ajuda humanitária. Tedros Adhanom, diretor-geral da Organização Mundial da Saúde, afirma que crianças palestinas estão morrendo por falta de alimentos, além daquelas que já morreram vítimas do conflito — segundo o Save the Children, são mais de 14 mil menores mortos nas ações militares israelenses desde o início da guerra, após o atentado terrorista do Hamas em 7 de outubro. A Médicos Sem Fronteiras fala em mais de mil crianças com ao menos um membro amputado. Outras milhares ficaram órfãs. Dezenas de escolas foram destruídas.

Depois de ser alvo do ataque terrorista, Israel possui o direito de se defender. Poucas nações questionaram isso naquele 7 de outubro. Mas sempre ficou claro que os israelenses precisavam respeitar as Convenções de Genebra. Não é o que vem ocorrendo em uma série de episódios, como no uso de bombas de uma tonelada contra edificações civis e bombardeios aleatórios como o que resultou na morte de sete trabalhadores humanitários da World Central Kitchen, que levavam alimentos para os palestinos que passavam fome na Faixa de Gaza.

Por seis meses, Netanyahu impôs obstáculos à entrada de comida, e metade dos palestinos está em risco "catastrófico" de insegurança alimentar.

Ao longo dos primeiros seis meses do conflito, o governo de Benjamin Netanyahu impôs obstáculos à entrada de alimentos no território, segundo a ONU e uma série de agências humanitárias. O cenário melhorou um pouco depois de os EUA ampliarem

a pressão sobre a administração israelense no último fim de semana. O aumento, no entanto, ainda é insuficiente segundo o presidente Joe Biden, uma rara crítica a Israel do maior aliado militar do país.

Israel já controlava a entrada de ajuda humanitária em Gaza mesmo antes do conflito. Mantinha há quase duas décadas um bloqueio terrestre (com a ajuda do Egito), marítimo e aéreo sobre a Faixa de Gaza. Agora, com a operação militar, controla o território internamente. O país tem, portanto, a obrigação de permitir a entrada de ajuda humanitária internacional, que vem de uma série de países e de entidades independentes. Não existe argumento para não liberar o ingresso de mais alimentos que podem ao menos amenizar a fome dos palestinos.

Vale acrescentar que havia fazendas em Gaza, mas a maioria das ações militares israelenses, segundo a Oxfam, uma organização internacional de combate à desigualdade e à pobreza. Os alimentos produzidos eram fundamentais para a população palestina.

EUA, Japão e Austrália terão rede antimísseis

Em visita de Estado do premier japonês, Fumio Kishida, a Washington, o presidente Joe Biden anuncia projeto conjunto de defesa na área do Pacífico de olho na China; americano define como 'indestrutível' relação com Tóquio

O presidente dos EUA, Joe Biden, e o premier do Japão, Fumio Kishida, deram início a uma série de reuniões em Washington que, além de fomentar uma relação chamada pelo americano de "indestrutível", integram os planos da Casa Branca para conter o que vê como um perigo avanço da China na Ásia e Pacífico. Em entrevista coletiva ontem, Biden anunciou ainda que EUA, Japão e Austrália criarão uma rede de arquitetura de defesa antimísseis regional, sem dar detalhes.

— Há apenas algumas gerações, nossas nações estavam presas num conflito devastador — disse Biden, durante declarações nos jardins da Casa Branca, antes da principal reunião do dia. — Termino de mais fácil dizer que permanecemos adversários. Em vez disso, fizemos uma escolha melhor: nos tornamos os amigos mais próximos.

ASTRONAUTA JAPONÊS NA LUA
Kishida chegou na noite de terça-feira à capital americana e foi recebido pelo casal presidencial para um jantar. Pela manhã, após uma rápida cerimônia, os dois seguiram para um almoço de trabalho e uma série de reuniões que seriam concluídas com um jantar com honras de chefe de Estado para cerca de 230 convidados. — Disse ao presidente que

este é o momento em que Japão e EUA podem apresentar seus valores reais como parceiros globais, defendendo um mundo onde a dignidade humana é respeitada, e sempre estaremos firmes ao lado dos EUA — afirmou Kishida, ao lado de Biden, na Casa Branca.

Em entrevista coletiva no início da tarde, Biden reafirmou que ambos ressaltaram, além de questões de segurança, a importância da cooperação na economia,

na segurança das cadeias de suprimento, no desenvolvimento de novos usos para inteligência artificial (IA). Ele revelou que o primeiro-ministro americano a pisar na Lua será um japonês — o programa Artemis prevê um pouso em 2026.

Hoje, além de uma reunião trilateral com Biden e o presidente das Filipinas, Ferdinand Marcos Jr., Kishida fará um discurso no Congresso americano, algo que apenas ocorreu

há cerca de uma década como então premier japonês, Shinzo Abe, assassinado em 2022. Uma mostra da importância que Biden e seu governo dão não só à presença de líderes japoneses no país, mas também a uma aliança que tem ganhado novas feições, especialmente por fatores externos.

— Essa aliança é a base da paz, segurança e prosperidade na região Indo-Pacífica ao redor do mundo. Essa é uma parceria verdadeiramente global

— disse Biden, sem mencionar aquela que prometia ser uma protagonista velada da reunião, a China, descrita por ele no passado como a única potência rival dos EUA que tem "a intenção de moldar a ordem internacional e tem, cada vez mais, o poder (...) para alcançar esse objetivo".

Aliados cruciais na Ásia, Japão e EUA têm estreitado as relações nos últimos anos, especialmente no setor de segurança, em um processo impul-

sionado por Biden. Em 2021, EUA e Japão, ao lado da Coreia do Sul e Índia, repaginaram o chamado Quarteto com o objetivo central de "garantir a liberdade da região da Ásia e Pacífico". Na coletiva, Biden elogiou o papel de Kishida nesse processo, citando ações como a aproximação com a Coreia do Sul, amenizando tensões que vinham de décadas.

REFORÇO DO PODER MILITAR
Ao anunciar que será criada em breve uma rede de sistemas de defesa aérea formada por Japão, EUA e Austrália, Biden não detalhou como ela funcionaria ou quando estaria operacional. Em 2021, a Austrália, com os americanos e com os britânicos, formou uma aliança de segurança chamada de Aukus — em tempos recentes, o grupo tem feito acenos ao Japão.

Quebrando velhos paradigmas nacionais, Kishida — que é extremamente impopular no país — incrementou os gastos militares, que devem chegar a 2% do PIB em 2027, renovou seus arsenais e autorizou a exportação de armas. — O Japão está disposto a incrementar nossas forças de defesa dentro da nossa tradição de manter capacidades de contra-ataque, com um orçamento defensivo fortalecido e outras iniciativas. E o presidente Biden demonstrou seu apoio firme a esses esforços — declarou Kishida, em entrevista coletiva.



Aliança no Pacífico. O presidente dos EUA, Joe Biden, e o premier japonês, Fumio Kishida, participam de uma cerimônia oficial na Casa Branca em Washington

UE adota controversa reforma da lei de asilo após quase 10 anos

Novas normas incluem controles mais severos nas fronteiras do bloco

A União Europeia (UE) adotou ontem uma ampla reforma do sistema migratório do bloco, após quase dez anos de negociações e disputas internas. O Pacto de Migração e Asilo europeu prevê, entre outras coisas, um mecanismo de solidariedade obrigatória entre os Estados-membros para receber estrangeiros e impõe controles mais severos na

fronteira. Ao todo, dez peças legislativas foram aprovadas na reforma. A aprovação final do Conselho Europeu, uma mera formalidade, deve ocorrer nas próximas semanas. Segundo o Washington Post, o pacote visa reformar a abordagem da UE à migração e ao asilo, além de resolver uma fonte de tensão de longa data: a desproporcionalidade entre os países do bloco, já que alguns fazem mais do que outros.

A reforma pede que países da linha de frente, como Grécia, Espanha e Itália, construam centros de detenção, processem as solicitações em menos tempo e deportem rapidamente os solicitantes que não tiveram sucesso. Além disso, outros países serão obrigados a ressarir mais pessoas ou a fornecer compensação financeira, disposição conhecida como "mecanismo de solidariedade".

Em 2015, mais de um milhão de pessoas desembarcaram na Europa fugindo da guerra, da fome e da pobreza, segundo a Organização Internacional para as Migrações (OIM). O período fez com que o fluxo de imigrantes e refugiados fosse entendido como "incontrolável" e descrito como "a mais grave crise migratória do continente desde a Segunda Guerra Mundial".

REAÇÕES ÀS MEDIDAS

Foi também nessa época que a UE passou a tentar encontrar uma abordagem comum para gerenciar a migração. Nos últimos anos, no entanto, o sentimento anti-imigrante disparou em todo o continente, e a pauta foi apropriada pela extrema-direita.

Para a extrema-esquerda, as reformas — que incluem a construção de centros de fronteira para abrigar solicitantes de asilo e enviar alguns para países "seguros" fora da UE — são incompatíveis com o compromisso da Europa com a defesa dos direitos humanos. Os parlamentares de extrema-direita, por sua vez, reclamaram que a reforma não foi longe o suficiente para bloquear o acesso de migrantes irregulares, a quem acusam de espalhar insegurança e de ameaçar a identidade europeia.

Uma medida controversa é o envio de solicitantes de asilo para países fora da União Europeia que são considerados "seguros", se o migrante tiver laços suficientes com esse país. De acordo com as regras

atuais, o país de chegada é responsável por hospedar e avaliar os solicitantes de asilo e devolver aqueles considerados inadmissíveis. Isso põe os Estados do sul sob pressão e alimentou o sentimento de extrema-direita.

Fora do prédio do Parlamento em Bruxelas, dezenas de manifestantes protestaram contra a votação. Eles ecoaram críticas de mais de 160 grupos de caridade e de organizações não governamentais de migrantes que classificam as medidas como uma "traição" aos valores da União Europeia.

O chefe da Acom, agência da ONU para refugiados, porém, endossou a reforma, elaborada pela Comissão Europeia desde que grandes fluxos abalaram o bloco em 2015.